

A EDUCAÇÃO SALESIANA NA ESCOLA DOM BOSCO DE CORUMBÁ/MT (1956/1970)

Odinea de Oliveira Arruda
Silvia Helena Andrade de Brito
UFMS/Corumbá

RESUMO:

Este artigo tem como objeto a Escola Dom Bosco (na década de 50, quando de sua criação, chamada Escola Alexandre de Castro), iniciativa salesiana situada no atual bairro Dom Bosco, na cidade de Corumbá/MT, considerada no período que se estende da sua criação, em 1956, até os anos 70, anteriormente à reforma educacional de 1971/1972. O objetivo fundamental do artigo é analisar como se implantou a Escola Dom Bosco e evidenciar as características da organização didática e pedagógica da instituição, com base na análise de dados bibliográficos, documentais (acervo da escola), bem como em depoimentos orais. Assim, pôde-se averiguar que a escola surgiu no contexto do processo de urbanização que a cidade apresentou nas décadas de 40 a 60, e representou uma faceta diferenciada da atuação salesiana em Corumbá: até a fundação da Escola Dom Bosco, a congregação mantinha sua atuação junto à classe trabalhadora restrito às ações de cunho assistencial. Neste sentido, por meio desta escola, fez-se a extensão do projeto social salesiano, que vislumbra na educação o caminho não para se sair da condição de classe trabalhadora mas para se ascender socialmente neste mesmo universo, por meio do trabalho.

Palavras-chave: História da Educação – Mato Grosso; Salesianos – Mato Grosso; Educação profissional – Mato Grosso

SALESIAN EDUCATION IN DOM BOSCO SCHOOL, CORUMBÁ/MT (1956/1970)

ABSTRACT:

This paper is about Dom Bosco School (in the 1950s, when it was created, it was called Alexandre de Castro School), a salesian initiative situated in Dom Bosco neighbourhood, in Corumbá/MT, in the period since its creation, in 1956, up to the 1970s, before the educational reform in 1971/1972. The paper aims both at analyzing how Dom Bosco School was implemented and at emphasizing the characteristics of the didactic and pedagogical organization of the institution, based on bibliographical data, documents (from the school) and oral statements. It was possible to observe that the school began in the context of the urbanization process of the city in the years 1940s to 1960s, and represented a different facet of the salesian presence in Corumbá. Until the foundation of Dom Bosco School, the congregation used to deal with the working class only in terms of charitable actions. After the school was founded, the salesian social project was extended to the view of education not only as a means to quit the condition of the working class, but as a way to ascend socially in that very universe, by means of work.

Key-words: History of Education – Mato Grosso; Salesian priests – Mato Grosso; Professional education – Mato Grosso.

1. Introdução

Essa comunicação tem como preocupação fundamental expor e analisar uma das iniciativas educacionais voltadas para a classe trabalhadora em Corumbá, – ensino este que era escasso, na segunda metade do século XX, – em um dos bairros operários da cidade, situado próximo a fronteira Brasil–Bolívia, que é a região do atual bairro Dom Bosco (naquele momento histórico, bairro Cidade Jardim). Observando os aspectos e características da organização didática e pedagógica deste estabelecimento de ensino entre os anos de 1956 a 1970, e analisando os parâmetros e diretrizes da educação salesiana, pretende-se discutir como se implantou a Escola Dom Bosco (em 1957, quando de sua criação, chamada Escola Alexandre de Castro), cujo objetivo era promover a convergência e integração da juventude marginalizada à sociedade local.

Assim, a presente comunicação tem como objetivo examinar o panorama educativo da Escola Alexandre de Castro (atual Escola Dom Bosco), no período compreendido entre 1956 a 1970, no município de Corumbá, Mato Grosso. Visa apresentar, desta forma, o processo dinâmico que englobou as diversas atividades dos movimentos associativos que a fundaram, como a União dos Ex-alunos de Dom Bosco, dentro das premissas da religião católica, e tendo como principal meta a formação social e religiosa do indivíduo, até o momento em que, sem abandonar suas características de escola católica, passou a ser escola pública, assumida como parte do sistema público de ensino. Simultaneamente é enfocada também a instauração de um sistema de ensino específico no interior dessa escola, dadas essas suas particularidades.

Para tal é traçado, na primeira parte deste trabalho, um esboço histórico da cidade de Corumbá e as vicissitudes que marcaram a sociedade no pós Segunda Guerra Mundial, na qual ocorreu um novo alvorecer do desenvolvimento capitalista, configurado no setor industrial; isso desencadeia, ao mesmo tempo, um processo de urbanização em Corumbá, durante as décadas de 50 e 60. Desse modo, são descortinadas as condições históricas para o surgimento da Escola Alexandre de Castro.

Em seguida, são apresentados o processo de constituição da escola e o seu desenvolvimento, envolvendo a expansão desse complexo educativo, bem como as formas de financiamento, a assistência e os subsídios necessários para a efetivação desta obra social. Subseqüentemente, na terceira e última parte, é relatada a organização didática (currículos, atividades desenvolvidas, entre outros) e a formação docente na Escola Alexandre de Castro, considerando a influência sempre presente do método aplicado nos estabelecimentos administrados pelos salesianos, direcionado à assistência de crianças carentes.

2. Um breve esboço histórico sobre Corumbá

Corumbá, situada às margens do rio Paraguai, localizada na fronteira Oeste do Brasil, na divisa do Brasil com a Bolívia, fundada em 1778, teve sua posição como entreposto comercial dinamizada após a Guerra contra o Paraguai (1869). Neste sentido, mercadorias chegavam e eram transportadas às cidades regionais, abastecendo Cuiabá, Cáceres, Poconé, entre outras (Brito, 2001, p. 44). Em função disso foi considerada, neste período, a mais importante cidade comercial do estado.

Esta situação, quando todas as principais atividades econômicas da cidade estavam diretamente ligadas ao porto permaneceu, entretanto, apenas até as primeiras décadas do século XX. Com a interiorização do crescimento proporcionada pela construção da Estrada

de Ferro Noroeste do Brasil, que ligou São Paulo à região de Mato Grosso (Porto Esperança, 1914), Corumbá começou a perder sua hegemonia de entreposto comercial da região. Esta posição foi sendo assumida pela cidade de Campo Grande, que até os anos 40 tornou-se economicamente hegemônica na região Sul de Mato Grosso.

Concomitantemente, Corumbá atravessou um período de crise, já que foram transferidas muitas de suas atividades comerciais para Campo Grande. Isso provocou o fortalecimento de atividades já estabelecidas na região, como a pecuária, bem como fez aparecerem novos ramos de setor agroindustrial (Proença, 1997, p. 139).

De acordo com Brito (2001, p. 48):

A partir desse momento, o eixo econômico-social desta região volta-se para as áreas lindeiras à ferrovia, firmando-se a participação do Pantanal mato-grossense como exportador de gado em pé e importador de mercadorias do restante do Brasil e exterior (...).

Assim, no período compreendido entre os anos 20 e 40 deu-se um impulso às indústrias de charque, com a simultânea continuidade da navegação na bacia do Paraguai. O momento de guerra, porém, acabou gerando novas perspectivas econômicas, já que com a queda da produção e do comércio mundiais, vários produtos deixaram de ser importados e exportados, o que suscitou a necessidade de se criarem condições para a instalação de outras indústrias em Corumbá (setor alimentício, construção civil, entre outros).

Também é neste momento que se deu início a construção da ferrovia Corumbá – Santa Cruz da la Sierra, que levou a outra mudança no setor terciário. Desta forma,

Com a construção da ferrovia internacional Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, iniciada em 1938 e concluída em 1963, Corumbá recebeu um influxo grandioso com a imigração boliviana (...). (Baéz, 1979, p. 42)

Na década de 50, com a segunda etapa da construção do ramal ferroviário Brasil – Bolívia, Corumbá passou a ocupar o papel de “centro redistribuidor de mercadorias no interior do Estado” (Ito, 2000, p. 47). Assim, algumas firmas de pequeno porte, voltadas para a importação e exportação foram implantadas, atraídas pelas oportunidades comerciais abertas pela ferrovia.

Simultaneamente estava ocorrendo a exploração do minério de ferro e manganês do Urucum, iniciado em 1944, pela empresa Sobramil (Oliveira, 1998, p. 42). Isso provocou também um processo migratório diversificado para a região, com populações oriundas do Nordeste do estado de Minas Gerais, como também de outras cidades mato-grossense, como Cuiabá e Cáceres. A implantação desta grande planta industrial e o funcionamento do ramal ferroviário deram condições para o surgimento de outras indústrias na década de 50, como o Moinho de Trigo, fábricas de massas alimentícias, de fiação e fabricação de cerveja. Além disso, com as reservas calcárias da cidade foi possível que se instalasse, na mesma década, uma fábrica de cimento (Cia. Itaú) (Souza, [198-?], p. 117).

Em contrapartida, no plano social, Corumbá possuía problemas estruturais. Nesse momento, com esta crescente população se instalando aos arredores da cidade, se fazia necessário criar condições para atender a essa demanda populacional. Nesse âmbito, diversos outros segmentos tinham necessidade de sofrerem ampliação: saúde, educação, serviços profissionais etc; ou seja, com a expansão comercial e industrial surgiu a necessidade de urbanização da cidade. Pode-se citar, como exemplo, a carência de vias de transportes rodoviários, que geravam óbices, para o desenvolvimento local. Desta forma, e

Fruto disso serão as modificações introduzidas na malha urbana, nos anos 50, como a melhoria dos serviços de água e energia elétrica, patrocinados pelo governo estadual; o calçamento e arborização das ruas do centro da cidade, por meio de contratos assinados entre prefeitura e particulares (1951-1952), iniciando-se pelo porto, região de maior dinamismo em Corumbá; inauguração das primeiras linhas de transporte urbano, com a locação 'Expresso Cinderela'; construção de conjuntos habitacionais no município (...). (Brito, 2001, p. 139)

Nessa simbiose entre urbanização e crescimento econômico, aumentou a demanda pela rede pública de ensino. Vale ressaltar que essa exigência se deu principalmente nas periferias da cidade, já que a área central da cidade possuía algumas escolas públicas, devido a sua melhor infra-estrutura. Dentre estes novos bairros periféricos estava o bairro Dom Bosco, onde se situava a Escola Alexandre de Castro, que é objeto desse estudo.

3. O bairro Dom Bosco

Inicialmente denominado Bairro Trancheira (entrevista A) e depois Cidade Jardim, situado na periferia, fazia fronteira com a Bolívia. Era considerado um local de difícil acesso, e que possuía múltiplas deficiências na sua infra-estrutura: não tinha água encanada, iluminação pública, escola, igreja etc; era constituído apenas por esparsas casas de tábuas, assemelhando-se com uma zona de área rural.

Com o aumento do número de migrantes e imigrantes em Corumbá, e com a crescente urbanização de bairro, aumentaram nele as mazelas do sistema capitalista, como a miséria e a violência. Somado a isso, ocorria também que, pela proximidade que mantinha com a Bolívia, pessoas que cometiam crimes fugiam para esta área, pois caso fossem procuradas pela polícia, logo poderiam fugir para o lado boliviano da fronteira.

A cidade de Corumbá, contudo, até então se erigira a partir de seus portos, ou seja, alavancara o seu desenvolvimento econômico enquanto entreposto comercial, e por isso tivera toda a sua infra-estrutura localizada aos arredores da região portuária, na qual se dera e crescera o fluxo comercial. Por isso não houve, antes da década de 50, a preocupação com a infra-estrutura da sua zona periférica; entretanto, essa preocupação se tornou necessária com as transformações econômicas e sociais ocorridas neste período.

Além disso, havia a crença de que, paralelamente ao crescimento urbano, a escola era um instrumento indispensável que acompanhava o processo de desenvolvimento econômico. Em concordância com Alves (1994, p. 89), essa ideologia era seguida desde a década de 30 pelos poderes públicos do país, na qual a “escola era vista como instrumento primordial” cuja aptidão visava o “fortalecimento do Brasil através do processo de nacionalização”.

Isto permite afirmar, com bases nas idéias apresentadas, que o Brasil, na perspectiva de alavancar o setor econômico interno, fomentava a rearticulação ideológica desse processo com base no movimento nacionalista, idealizando que esta nacionalização poderia se dar por vias educacionais, em todo o país. Assim, a educação formal vai sendo incentivada e aos poucos incorporada pelas diferentes regiões, num processo lento mas que pretendia chegar a todas as classes sociais do país. Neste sentido, chegou também ao bairro Dom Bosco, no final dos anos 50 e início da década de 60.

4. Criação e instalação da Cidade Dom Bosco: da Escola Alexandre de Castro³ à Escola Estadual de 1º Grau Dom Bosco (1961-1973)

A Escola Alexandre de Castro, criada pelo Decreto n. 224, de 29/04/57, foi inaugurada no dia 3 de abril no ano de 1961, tendo como co-autor desse projeto o Pe. Ernesto Sassida⁴, membro da congregação salesiana, junto com diferentes grupos sociais que, neste momento, estavam preocupados com a educação. Localizava-se em uma região periférica, caracterizada pela ambigüidade de um rápido processo de desenvolvimento econômico mas exposta, simultaneamente a precárias condições de vida, ou seja, marcada pelas contradições do sistema capitalista.

A Escola Alexandre de Castro surgiu com a necessidade de se implementar a educação formal nesta região de Corumbá. Nesse sentido, embora a educação escolar não seja uma certeza de ascensão social, sua presença não era dissociada desta idéia pela sociedade de então, já que parte da população a idealizava como tal: principalmente os trabalhadores locais aspiravam pela escola, pois como Corumbá estava passando por um forte crescimento no setor econômico e diferentes oportunidades surgiam em virtude desse surto econômico, muitas famílias assentadas nas periferias, vindas de outros lugares, viam na escola uma forma de obter vantagens neste processo. Assim, a escola agregava as vicissitudes da sociedade capitalista, e era o resultado da consciência de uma parte da população (classe trabalhadora), surgindo neste contexto como uma necessidade social.

Nesse âmbito, somam-se as outras dificuldades dessa população, que indiretamente exigia dos órgãos governamentais não somente escolas mas também outras modalidades de infra-estrutura para o bairro que estava crescendo. E o governo municipal nesse momento estava preocupado somente com estas outras modalidades de infra-estrutura, como mostra um artigo de jornal da época intitulado “O prefeito conseguiu a verba para o asfaltamento parcial da cidade” (Tribuna, 1962, p. 1)⁵. Assim, enquanto os setores públicos objetivavam uma maior estruturação com relação ao aspecto físico local, apareceu simultaneamente uma reivindicação em torno do ensino formal, ou seja, surgiu uma consciência coletiva em torno do tema, como afirma Romanelli (1986, p. 184).

Em concordância com essa afirmação, a escola surge dessa necessidade, fruto dos reclamos da classe trabalhadora estabelecida no bairro, porque nesse período havia poucas escolas públicas em Corumbá, e as outras se localizavam distantes das áreas periféricas. Assim, a Escola Alexandre de Castro nasceu em uma casa cedida por uma moradora do Bairro Cidade Jardim, chamada Catarina Anastácia da Cruz (Proença, 2001, p. 143). As condições eram precárias, o ambiente rústico e as professoras que se dispuseram naquele momento eram leigas. Os espaços cedidos pela moradora eram duas salas de aulas (um quarto e uma varanda), onde eram ministradas as aulas de alfabetização de crianças. As crianças matriculadas, aproximadamente 73, os professores leigos, assim como todo o processo educativo desenvolvido era subsidiado pelo padre Ernesto Sassida.

A implantação da escola, além disso, materializava os anseios dos ex-alunos e do padre Ernesto, cuja proposta para o seu funcionamento já estava arquitetada ideologicamente como parte da obra social da congregação salesiana em Corumbá, melhor descrita no regimento interno da Escola:

Art. 1º A ESCOLA PROFISSIONAL “ALEXANDRE DE CASTRO”⁶ é uma secção do Departamento de Assistência Social da “União dos Ex-alunos de Dom Bosco” de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A Escola vem ao encontro da solução do maior e momentoso problema que é o amparo à classe pobre e visa diretamente a criança. Com esse (sic) objetivo pretende apresentar uma tentativa promissora, uma experiência, uma colaboração patriótica e cristã de cidadãos (sic) com os seus governantes, em favor da paz e harmonia social da família

brasileira. Para tanto, a Escola proporcionará a toda criança favelada e realmente necessitada, assistência integral em edifícios moderna e pedagogicamente construídos. (Escola Profissional Alexandre de Castro, [196?], p. 3)

Assim, conforme o regimento interno, essa instituição pretendia ser um complexo que daria assistência integral ao menor carente.

A proposta, em relação a estes atores sociais (ex-alunos e congregação salesiana) surgiu com a União dos Ex-alunos de Dom Bosco⁷, que se reunia em diversos grupos na cidade de Corumbá, e visava a conversão dos meninos carentes, proporcionando aos mesmos uma educação sistematizada e disciplinada. Paralelamente, muitos projetos⁸ foram surgindo, subsidiando tanto a educação quanto outras necessidades da população periférica, pretendendo contribuir assim para a diminuição dos quadros da violência.

Em função disso, durante os primeiros anos de atuação da escola (1961 a 1966), a mesma foi mantida pela União dos Ex-alunos de Dom Bosco. Os auxílios governamentais recebidos não chegavam com regularidade, conforme apresenta o Relatório das Atividades Didáticas de 1963 (União dos Ex-alunos de Dom Bosco, 1963):

Com o recebimento esperado de verbas oficiais insertas no Orçamento Federal, espera a Diretoria ultimar o 1º Pavilhão, até março do corrente ano, propiciando o funcionamento do Estabelecimento em Instalações mais confortáveis.

Não por acaso, à medida que proliferava a procura pela escola, aumentavam os projetos ligados à obra social. Nestes termos, em 1962 foi iniciada a construção de um novo edifício, inaugurado em 1963. O novo prédio, localizado na rua Dom Aquino, era um espaço ainda mal acabado e rústico onde muitas crianças, contudo, se instalaram, visto que a escola atendia uma clientela cada vez maior (Costa, 1988, p.159). Apesar disso, dado o déficit educacional na cidade, a instituição teve um desempenho acelerado, pois em 1964 já contava com 700 alunos (Baez, 1964) e em 1966, quando foi elevada à categoria de Grupo Escolar, pelo Decreto n. 62, de 10/06/66, contava com 500 alunos (Monfroi, 1997, p. 98).

Neste momento, além dos auxílios recebidos para a concretização da obra, que eram fornecidos por meio de doações, o padre Ernesto buscava respaldo dos governantes locais e regionais¹⁰ e até mesmo criou o Clube das Madrinhas¹¹, um movimento de adoção assistencial, que também visava contribuir com recursos financeiros e promover a integração social. Desta forma, a nova edificação foi sustentada por donativos de distintas instituições e de particulares, bem como com verbas orçamentárias dos órgãos públicos, de caráter esporádico.

Convém ressaltar, entretanto, que era necessário que o Estado assumisse a manutenção do sistema escolar, já que donativos eram fontes incertas de recursos, bem como pela amplitude que vinha assumindo o estabelecimento de ensino no bairro. Neste sentido, o Ministério da Educação e Cultura anunciava, pelo ofício n. 1196, de novembro de 1966 (Brasil, 1966) ter enviado verba orçamentária para o governo de Mato Grosso, para a maior difusão do aparelhamento do ensino primário nas fronteiras. Adverte, porém, para o diretor da instituição reivindicar os auxílios diretamente aos dirigentes públicos estaduais. Posteriormente, no mês de abril de 1968, foi enviado o ofício circular n. 9 do Departamento Nacional de Educação (Brasil, 1968), comunicando a entidade Cidade Dom Bosco sobre a concessão de verba pública e avisando a propósito do envio dos documentos necessários para o recebimento do benefício. Desta forma, neste momento, o Grupo escolar

passou a receber, de fato, verbas públicas, como parte do sistema público de ensino da cidade¹².

Com a elevação a Grupo Escolar cresceu, junto com a demanda por novas vagas, a procura dos alunos pela continuidade do ensino primário, o que exigiu que se instalasse nesta instituição de ensino as séries do curso ginásial. Isso se concretizou em 1968, pelo Decreto n. 718, de 11 de novembro, que autorizou a criação do ginásial na Escola Alexandre de Castro, em solenidade que contou com a presença do então Governador do Estado Pedro Pedrossian, e do adjunto do Prefeito Municipal Breno de Medeiros. Complementarmente, em 1969, pela Resolução 09, de 20/01/69, foi autorizado o funcionamento do Ginásio Estadual Dom Bosco.

Diante do imperativo de realizar a instalação do curso ginásial, já autorizado oficialmente, a escola deparou-se com outras debilidades, como a sua estrutura física, que não comportava a instalação de outras séries. Sendo assim as aulas foram ministradas, inicialmente, no Colégio Santa Teresa (Costa, 1988, p. 124).

As atividades escolares do curso ginásial na Escola Santa Teresa, contudo, continuam por pouco tempo, do ano de 1969 a 1971 (Ibid., p.130). Diante das dificuldades existentes na escola, padre Ernesto requer a presença de jovens italianos (missionários leigos) na cidade de Corumbá, para a continuação da construção do edifício, cuja necessidade foi se ampliando, devido ao número crescente de alunos, desde 1966:

Em meados de 1969, Pe. Ernesto foi receber, no Rio de Janeiro, 60 jovens integrantes da Operação Matogrosso. Vinte deles já estavam destacados para Corumbá. Simples, uma vez mais o barraco de dona Catarina e João Pedro foi a tábua de salvação, pois lá ficaram alojados .

Lançada a pedra fundamental no dia 23, as demarcações já feitas, no dia seguinte os jovens da O.M.T. se entregaram ao mutirão. Enquanto os jovens sob sol causticante se dedicavam aos pesados misteres da construção, as moças prestavam assistência social e sanitária às crianças, nos intervalos dos trabalhos da cozinha e do tanque de lavar roupas. (Freitas, 2001, p.62)

Ainda hoje permanece no local em que se situava o Ginásio Dom Bosco a placa comemorativa que lembra a ação desses voluntários, sendo que a obra foi realizada em três meses (de julho a outubro de 1969), considerada por pessoas da instituição uma “obra relâmpago”. Dentro das necessidades de expansão do ensino dessa instituição, esses jovens colaboraram, em um espaço curto de tempo, para a construção do edifício: em 1971 estava terminado o projeto da construção das instalações das oito séries da futura Escola de 1.º Grau Dom Bosco .¹³

5. A organização didática e a formação docente na Escola Alexandre de Castro

Para um exame mais aprofundado, concernente à história da Escola Alexandre de Castro, se procurou conhecer os métodos didáticos e pedagógicos de ensino, aplicados em sala de aula, bem como a formação dos professores que ali trabalharam. Fica claro, desde o início, que a organização do sistema educativo vai se modificando, e com o decorrer do tempo vai aderindo a outras formas, inclusive no tocante a sua relação com o projeto salesiano.

Assim, conforme o regimento da escola no ato da sua constituição, a mesma inicia-se como uma obra social, sendo este o objetivo do empreendimento nesse período. Desta maneira, a escola estava condicionada ao atendimento dos objetivos do assistencialismo salesiano, e por isso visava apenas a alfabetização de meninos e meninas entre 8 e 15 anos.

Neste sentido, era organizada como uma escola isolada, já que agregava duas séries alocadas no mesmo barraco, uma vez que o bairro possuía características similares a de uma área rural (tanto que o nome do estabelecimento era Escola Rural Mista), e os professores dependiam da assistência metodológica do Padre Ernesto. As aulas eram preparadas pelos professores, o organograma e o cronograma das atividades didáticas eram feitos semanalmente nas reuniões realizadas pelo Padre Ernesto, já este último possuía experiência anterior por ter ministrado aulas no início da década de 40, na cidade de Lins, em São Paulo (Proença, 2001, p. 116). Além disso, nesse período Pe. Ernesto também lecionava.

Assim sendo, os relatos demonstram que a organização do trabalho didático no cerne da escola não possuía diferenças quando comparado com outras escolas que já seguiam as leis educacionais do país, devido a experiência do Pe. Ernesto com outras escolas salesianas nas quais já havia ministrado aulas, conforme a assertiva encontrada nos depoimentos de ex-alunos dessa instituição:

Porque o Padre Ernesto na época de primeira mão ele fez um organograma, que organizava tudo, desse organograma ele tirava o cronograma do trabalho todo. Então existia uma integração e na época como no começo do barraco de dona Catarina, tinha professores que não eram formados não tinham uma formação, o magistério completo, a maioria era leiga. Mas todos que chegaram tinham pouco conhecimento, era suficiente para dar começo a escola. (Entrevista C)

Ainda segundo o relato da entrevista B, no início da instalação da escola havia uma pequena organização em primeiras e segundas séries. Na realidade, o que foi constatado é que dentro da escola existiam dois níveis de aprendizado: os que já haviam recebido uma instrução familiar prévia e os que estavam recebendo as primeiras letras, sendo esse o provável suporte para a divisão em duas séries.

Em 1963, quando foi inaugurado o Pavilhão que se situa na rua Dom Aquino, a instituição começou a ganhar novos contornos, a atividade escolar foi-se tornando mais orgânica, com o funcionamento de várias salas de aulas, com as quatro séries do ensino primário.

Neste ano, contudo, embora já inaugurado o primeiro pavilhão na rua Dom Aquino, as salas ainda não haviam sido adaptadas às necessidades de um espaço físico escolar. É válido ressaltar que as acomodações do local eram rústicas e ajustadas às necessidades. As aulas das distintas séries do ensino primário funcionavam num único galpão ou provisoriamente, na varanda; na verdade, as salas foram sendo construídas ao mesmo tempo em que eram ministradas as aulas. Assim, o edifício foi sofrendo adaptações conforme as necessidades da instituição, somadas às dificuldades do local, juntamente com a sua infra-estrutura, conforme visto anteriormente, tendo sido completamente acabado apenas dois anos depois, em 1965.

Em relação aos professores da escola, neste período inicial, segundo as entrevistas realizadas, estes não tinham formação específica para o magistério (curso normal ou curso superior): grosso modo, eram professores leigos. Essa característica se fazia presente também a nível nacional, neste mesmo período (Romanelli, 1986, p.168-169).

Historicamente falando, as escolas normais, responsáveis pela formação de professores para o ensino primário, foram reformuladas pela Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída pelo governo central no ano de 1946, que também enfatizava nessa nova organização da formação de professores a necessidade de expansão e gratuidade do ensino primário. Sua finalidade era adequar a participação do governo federal neste nível do ensino, como também estabelecer a preparação do corpo docente nos locais onde não

houvesse suficiente número de professores habilitados. Nestes termos, nos locais em que somente estivessem disponíveis escolas privadas, o Estado seria responsável em proporcionar a manutenção deste ensino para a população carente, fornecendo-lhes bolsa. Apesar disso, tais regulamentos não foram suficientes para modificar a difícil situação existente em Mato Grosso onde, nesse período, existiam duas escolas normais públicas, uma delas situada na cidade de Cuiabá e outra em Campo Grande (Brito, 2001, p.170).

A primeira Escola Normal de Corumbá (Coelho, 1978, p.31) era privada, e estava sob o comando das salesianas do Colégio Imaculada Conceição, tendo sido erigida somente no final da década de 40, no ano de 1948. Transcorrido mais de um decênio de sua instalação, pode-se ver que a fixação dessa escola em Corumbá não atendia a demanda, causada, por um lado, principalmente pelo crescimento urbano; por outro, pela provável dificuldade de ingresso, neste curso, de alunas oriundas de escolas públicas, apesar da existência de algumas bolsas disponíveis para esse fim. Desse modo, o sistema de ensino, tanto nas áreas suburbanas, como rurais e periféricas era atendido por professores leigos; da mesma forma, esse era um atributo da Escola Alexandre de Castro.

Elevada à categoria de grupo escolar em 1966, possuindo já algumas subvenções estatais e municipais, conforme os dados obtidos, é patente que a partir desse período já começou a contar com alguns professores formados. Assim, conforme o documento de n. 2235/66 do governo do Estado de Mato Grosso (Mato Grosso, 1966), foi apresentado o pedido de exoneração da professora Adília Aparecida Pires Rodrigues do cargo de professora primária do Grupo Escolar Alexandre de Castro, no ano de 1966, condição a qual se chegava apenas após a conclusão do ensino normal. Isto também comprova que nesse período já havia professores cedidos pelo Estado para a manutenção do ensino nesse estabelecimento¹⁴.

Desse modo, é importante destacar que o quadro de docentes continuava com uma grande presença de leigos, apesar da orientação de um pedagogo, que era o padre Ernesto; na verdade, segundo alguns relatos (entrevistas C, D e E) as aulas eram ministradas de acordo com o conhecimento empírico que possuíam e o respaldo que o padre Ernesto fornecia quanto aos conteúdos, planejamento este que era realizado semanalmente. O material didático usado em sala de aula (lápiz, caderno e livros usados) era fornecido gratuitamente, e as doações recebidas, no início, foram conseguidas na região. Conforme prossegue a expansão da escola, foram sendo recebidas outras doações, até mesmo do exterior, como confirma a questão do apadrinhamento, abordada anteriormente.

No tocante ao currículo, em diferentes boletins (Escola Profissional Alexandre de Castro, 196?) do período 1963-1965, apareceram as seguintes disciplinas, relacionadas ao curso primário elementar: Aritmética, Geografia, História, Leitura, Caligrafia, Ciências, Conhecimentos Gerais, Desenho, Português, Religião e Trabalho Manual. Não foi possível, contudo, desvendar em que condições e porque foram introduzidas estas disciplinas, bem como não se têm dados sobre a organização do trabalho didático em cada uma delas. Uma das suposições possíveis, contudo, é que até que a escola tenha se transformado em instituição pública, a influência salesiana, por meio do Pe. Ernesto Sassida, tenha sido muito ampla nestas decisões. Além disso, partes dessas mesmas disciplinas (Aritmética, Geografia, História, Ciências, Português e Religião) apareciam na 5ª série do curso primário elementar, que dava condições para que o aluno fizesse a prova de admissão, uma seleção que tinha como objetivo dar seqüência ao curso ginásial.

Outra observação nas mesmas cadernetas escolares que merece destaque é a classificação quanto ao comportamento do aluno (nota de comportamento), assim descrito: OL (ótimo com louvor), O (ótimo), B (bom) R (regular), S (sofrível) e M (mau). Conforme a afirmação do depoente F, o comportamento considerado exemplar seria o das crianças

que eram mais assíduas no campo religioso, ou seja, participavam, freqüentavam as missas dominicais e outras atividades ligadas à Igreja, como a catequese, por exemplo.

Quanto aos conteúdos didáticos, houve também a agregação de atividades culturais ao mesmo, já que a obra social salesiana incluía diversas iniciativas desta natureza. Conforme o depoimento E, os alunos estavam envolvidos com a dança, a música, a literatura, pois havia recitação de poesias e participação em teatro nos finais de semana, até mesmo porque esse evento gerava rendas para o funcionamento da própria instituição. De acordo com o depoimento G, a escola propiciava o acesso a um conjunto de informações que não estavam disponíveis em outras instituições nesse momento, como palestras realizadas com médicos e psicólogos, organizadas pelo padre Ernesto, sobre temas considerados de interesse para a população (noções de higiene pessoal e doméstica, por exemplo), sem que fosse abandonada a preocupação em, simultaneamente, proporcionar a educação formal e moral, nos padrões religiosos:

Já funciona a capela, o Grupo Escolar, o salão de atos, e para atender às necessidades dos favelados (...) num futuro próximo deseja (sic) equacionar o problema das moradias, higiênicas, com o conforto (sic) mínimo de que o homem precisa para viver vida humana.(UM padre..., 1966, p. 7)

Ainda em relação ao conjunto destas atividades extra-curriculares realizadas no oratório-escola, um dos episódios que mais chamaram a atenção foi um dos movimentos organizados na escola e pioneiro no município, o projeto “Prefeito da Cidade” (Freitas, 2001, p.101), cujo objetivo era eleger alunos para que, ocupando cargos políticos, na qualidade de cidadãos-mirins, promovessem o progresso social da Cidade Dom Bosco. O interessante é que o projeto iniciou suas atividades no ano de 1966, num momento histórico em que o país tinha como regime a ditadura militar:

O *processo para escolha* dos candidatos é sobremodo interessante. Anualmente, o prefeito-mirim em exercício escolhe os líderes e vice-líderes de cada turma, sempre ouvindo a classe. Feita a escolha, elege-se uma Assembléia Representativa que, em 2 ou 3 reuniões, debate os problemas da Instituição. A palavra é livre aos alunos, para sugestões e propostas de soluções. (Freitas, 2001, p.101. Grifos do autor)

6. Considerações finais

Concluindo este relatório de pesquisa, antes de qualquer coisa é imperativo inicialmente, lembrar o segundo ciclo de desenvolvimento do capitalismo (década de 30 à década de 60 do século XX) e avaliar brevemente a sucessão de mudanças acarretadas por esse novo ciclo, no Brasil e em Corumbá:

Assim, o período que vai dos anos 30 aos anos 60 foi importante para a consolidação do capitalismo no Brasil, com a industrialização, como também para a penetração efetiva de uma nova ideologia educacional, que proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira (...).(Brito, 2001, p.239)

Com bases nessas afirmações, a partir do primeiro objetivo elencado neste trabalho, que era o de analisar o surgimento da Escola Alexandre de Castro, pôde-se averiguar que a escola surgiu paralelamente ao processo de urbanização que a cidade apresentou nas décadas de 40 a 60. Essa temática é apresentada também por Oliveira (1998) e Ito (2000), frisando exatamente o processo de industrialização ali ocorrido,

principalmente com a instalação da empresa de exploração de minério de ferro e manganês Sobramil, e a construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, que se fizeram acompanhar de um influxo imigratório e migratório significativo. É importante alegar, contudo, que com o crescimento demográfico, devido às vicissitudes da cidade, muitos trabalhadores se instalaram em regiões periféricas. Assim, o panorama social e econômico de Corumbá adequando-se ao novo ciclo do capitalismo, aliado às mudanças econômicas e sociais geradas por este processo, fez com que tais fenômenos fossem fundamentais para que se criassem condições e se colocasse a necessidade de expansão do ensino formal na região.

Tomando por base esse mesmo contexto, outro fato observado foi a expansão da Escola Alexandre de Castro num espaço curto de tempo. A escola iniciou-se em condições desfavoráveis para a constituição do ensino, deparando-se com muitos óbices: falta de uma infra-estrutura no local, saneamento básico, iluminação pública etc; mesmo assim, em uma década passou a ser conhecida como Cidade Dom Bosco, cujo cognome é devido ao complexo de programas abrigados pela instituição.

Além disso, apesar da Constituição de 1946 ter assegurado a obrigatoriedade, liberdade e gratuidade para o ensino primário, ao observar-se especificamente a singularidade da cidade de Corumbá, constatou-se que, ainda no final da década seguinte, ou seja, dez anos depois que a Constituição tinha sido aprovada, a educação formal não era disponível para toda a população. Isso porque, como foi dito neste trabalho, a Escola Alexandre de Castro foi uma das primeiras escolas da zona periférica; então a grande procura por essa instituição de ensino acabou fomentando o rápido desenvolvimento da mesma. Dessa forma, é relevante notar que esse fenômeno ocorreu não somente por causa da ação caritativa do padre Ernesto Sassida e de seus colegas salesianos, e nem mesmo sequer pela ação governamental, mas principalmente pelo engajamento e participação em peso de toda a população instalada no então bairro Cidade Jardim, sobretudo formado por trabalhadores.

Em contrapartida, a Escola Alexandre de Castro, além de proporcionar a educação formal, simultaneamente dava assistência a essas crianças e suas famílias. Foi a procura pelo estabelecimento que suscitou o aparecimento de outros movimentos associativos assistencialistas na escola, gerando diversas atividades culturais (dança, a música, a literatura, recitação de poesias e participação em teatro nos finais de semana, entre outras). Neste sentido, embora o currículo escolar ministrado na Escola Alexandre de Castro não ultrapassasse a educação mais simples dada em qualquer outra escola, existia nela um diferencial, a de ser a única que tinha como proposta oferecer um arrimo integral às crianças e as suas famílias. Além disso, ao ser elevada à categoria de Grupo Escolar em 1966, a escola foi o ponto de onde emanou a organização de algumas outras associações, como por exemplo, o Grupo de Patrulheiros-Mirins e o Grupo das Bandeirantes, que se propunham, entre outras coisas, a cuidar da disciplina e por consequência da formação moral dos jovens atendidos por esses movimentos.

É relevante destacar ainda que muitos dos participantes envolvidos no processo de construção dessa obra social eram oriundos de outras cidades do Estado de Mato Grosso, de outras localidades do Brasil e até de outros países, como a Itália e a Bolívia; isso proporcionou um clima de encontro de variadas cosmovisões. Esse projeto social propiciou a integração desse verdadeiro caldeirão cultural, além de mobilizar elementos de distintas classes sociais, capazes de levar o projeto adiante sem que se tenha perdido, contudo, o enfoque assistencialista (promoção humana e social da juventude), base da ação salesiana, o pólo que sempre canalizou as diferentes iniciativas.

Com relação à organização do trabalho didático na instituição, analisando as propostas nacionais quanto às leis orgânicas de ensino, elaboradas pelo governo central

desde meados da década de 40, estas tinham como objetivo a expansão do ensino público. Essa escola, entretanto, no período de sua inserção na sociedade erigiu-se sob condições adversas, e foi levada adiante devido à mobilidade social e sob a ingerência religiosa; desse modo, possuía um modelo pedagógico planejado pelo padre Ernesto Sassida sob a inspiração do ideário salesiano, em conjunto com os professores que iniciaram o trabalho na instituição.

As análises feitas quanto a forte presença de professores leigos nessa instituição, comparado à formação docente no Brasil, mostrou que o que acontecia em Corumbá ainda era comum em outras regiões do país nos anos 60 e 70. Mesmo Corumbá apresentando um desenvolvimento sócio-econômico integrado ao ciclo de desenvolvimento capitalista naquele momento histórico, só havia na região o curso normal que era oferecido no Colégio Imaculada Conceição, outra instituição de ensino salesiana. Conforme já exposto, mesmo após a promulgação da Lei Orgânica fixando as diretrizes referentes à formação de professores para o ensino primário, a inserção desse programa é tardia nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, como Corumbá.

Quanto à formação educacional, em consonância com a formação religiosa, constatou-se que nessa instituição, conforme os relatos colhidos, a religião católica não era vista como um dever a ser cumprido por todos os alunos; no entanto, todos os movimentos associativos e atividades provenientes do eixo da escola eram organizados pelo padre Ernesto e seus colaboradores, com evidente conotação religiosa. Destarte, havia uma ingerência, mesmo que indireta, da doutrina religiosa salesiana, embora não houvesse propriamente uma obrigação e sim a preocupação com a conquista de uma relação de confiança entre os salesianos e a população do bairro Cidade Jardim. Nesse sentido, é importante lembrar que a presença dos salesianos no ensino, em Corumbá, vinha desde o final do século XIX, embora sempre voltados para a formação de crianças e jovens corumbaenses oriundos da classe dirigente e camadas médias. Somente quando, na década de 50, foi criado o Circulo Operário Dom Bosco, voltado para o ensino público da população trabalhadora e, posteriormente, a Escola Alexandre de Castro, os salesianos começaram a se dedicar à educação de crianças e jovens fixados na periferia de Corumbá.

Assim, a ampliação do trabalho da Congregação de Dom Bosco para a periferia da cidade de Corumbá, em que se formou todo o conglomerado de órgãos associativos ali existentes, possui características particulares em relação a outras iniciativas salesianas que se instalaram na cidade. Em relação a isso, a Escola Alexandre de Castro se colocou na condição de amparo não somente os alunos, mas igualmente de suas famílias, e de toda a classe trabalhadora no município. Apesar disso, contudo, por meio da mesma fez-se igualmente a extensão do projeto social salesiano, que vislumbra na escola o caminho não para se sair da condição de classe trabalhadora mas para se ascender socialmente neste mesmo universo.

7. Notas:

¹ De acordo com o depoente A, que trabalhou com construção civil, este momento foi muito próspero para a construção civil em Corumbá.

² Convém ressaltar que o pós-guerra foi caracterizado pelo fomento industrial em várias partes do Brasil, junto com a implementação de políticas pelo Estado que colaboraram com esse processo de transformação, com o incentivo à urbanização (abandono do campo em direção às cidades), a continuidade da interiorização do desenvolvimento, com a “Marcha para o Oeste”, entre outros (Brito, 2001, p.121-122).

³ Esta instituição escolar, nos dias de hoje, é denominada simplesmente Escola Dom Bosco, tendo

sido esse o primeiro nome utilizado no título do plano de trabalho que orientou a presente pesquisa.

⁴ O Pe. Ernesto Sassida é um imigrante de origem européia, natural da cidade de Dornberg (cidade hoje situada na Iugoslávia), que aportou em Corumbá na década de 30, como integrante da congregação salesiana. A partir daí, vai realizar inúmeras atividades de cunho religioso e social com diversos segmentos da sociedade corumbaense.

⁵ Outras notícias do período de 1962 anunciam a expansão de rede de iluminação pública, cuja empresa responsável era a CEMAT (Centrais Elétricas Mato-Grossenses S/A), em convênio com o governo municipal. **Tribuna**, Corumbá, 30 ago. 1962, p. 1.

⁶ Outro aspecto importante neste momento foi a discussão dos nomes distintos atribuídos à escola, dentre eles, Escola Rural Mista e Escola Profissional. De início, o Dr. Gabriel Vandoni de Barros sugeriu ao Pe. Ernesto o nome de “Escola Profissional” por melhor definir a finalidade e poder, com maior facilidade, atrair verbas e auxílios públicos. E foi realmente este o nome extra-oficial que predominou, acostumando-se a população a usá-lo. A denominação escola profissional, segundo o padre Ernesto, também envolvia uma expectativa de que este aspecto se concretizasse enquanto tal junto ao projeto social, ou seja, que a escola desse oportunidades às crianças, mesmo não sendo oferecidos cursos profissionais de ocupações de grande prestígio. Enquanto tal, a escola era vista como uma forma de se superar o estado de segregação social desses jovens, tirando-os de uma condição em que os mesmos encontravam-se apartados da sociedade. O deputado estadual Fauze Scaff Gatass, em 1957, contudo, já tinha viabilizado a criação de uma escola, pelo Decreto nº 224.04.57, com o nome de Escola Rural Mista Alexandre de Castro e, como tal, realmente foi inaugurada em 3 de abril de 1961. Como a idéia da obra vai muito além de uma estrutura formal de escola, Pe. Ernesto foi-lhe dando diversas denominações, tais como “Lar da criança pobre”, “Cidade da criança pobre” (Monfroi, 1997, p. 96-97), até que, tornando-se escola pública, fixou-se o designativo Grupo Escolar Alexandre de Castro.

⁷ A Associação dos Ex-alunos de Dom Bosco foi fundada em 1951 em Corumbá, pelo Padre Ernesto Sassida, reunindo os antigos alunos da Escola Santa Tereza, sendo reconhecida como de utilidade pública em 27/12/1961, conforme a Lei n. 1701, do governo estadual. Seus objetivos eram dirigidos para a promoção do jovem e da criança como indivíduo participativo na sociedade, de maneira digna, dando-lhe assistência integral (União dos Ex-alunos de Dom Bosco, 1951, p. 1-2).

⁸ Não se pode deixar de mencionar que havia outra escola igualmente administrada pelos salesianos, com os mesmos objetivos de atendimento de crianças carentes, onde era oferecido o curso primário e cursos profissionalizantes para meninas (culinária e corte e costura), conforme artigo do jornal União, situada na zona central da cidade: “O Círculo Operário Dom Bosco, de Corumbá é uma instituição social que vem prestando, desde há alguns anos, em nossa cidade, inestimáveis serviços, não só às crianças, com a ministração (sic) de ensino gratuito, como a senhoras e senhorinhas que ali têm recebido conhecimentos de arte culinária corte e costura, bordado e economia doméstica” (União, v. 6, n. 43, p.1).

⁹ Segundo Costa (1998, p.53), com as dimensões que o projeto foi tomando, “[quando] surgia a Cidade Dom Bosco para acolher centenas de jovens e meninos, dando-lhes assistência e educação”, a escola foi definitivamente coligada à obra social salesiana, no mesmo ano de 1962.

¹⁰ Muitos ofícios foram destinados às empresas, pela União dos Ex-alunos de Dom Bosco, clamando pelos esforços dos mesmos para a edificação e concretização da escola. Eis um exemplo destes ofícios: “Lançamos, há já alguns meses, uma campanha de âmbito regional, no sentido de levar a efeito a construção de uma escola profissional nesta Cidade, no Bairro da Cidade Jardim – destinada a prestar assistência integral à criança reconhecidamente pobre. (...) Lembramo-nos de solicitar a ajuda dessa empresa (sic) - que, já pela sua própria existência aqui, dá uma demonstração sensível de interessar-se pelo Progresso da Cidade - no sentido de doar-nos (...) 1000 sacas de cimento de sua fabricação.” O auxílio do poder público, municipal e estadual, também foi buscado: Devendo lançar a Pedra Fundamental da Obra, a 5. 11.61, e, a seguir, dar início à edificação do empreendimento – a Diretoria não poderia deixar de solicitar a ajuda financeira do Governo municipal – bem pesado o seu significado, bem entendida sua inteira

repercussão em todo, e, mesmo, no Estado. E neste sentido que se dirige a V. Excia., rogando-lhe se digne incluir no orçamento de 1962 um auxílio, no valor de Cr\$ 250.000,00 destinado às primeiras despesas de sua edificação. (União dos Ex-alunos de Dom Bosco, 1961; Escola Profissional Alexandre de Castro, 1961)

¹¹ Este movimento providenciava fotos de crianças carentes, dirigidas a leigos cristãos de diversos países (Iugoslávia, Itália, Alemanha, Suíça e Espanha), na tentativa de que essas pessoas adotassem materialmente uma criança necessitada (Freitas, 2001, p. 68).

¹² O que não impede, contudo, a continuidade das campanhas assistenciais salesianas, o que fica comprovado logo depois, quando da instalação do curso ginásial, em 1968.

¹³ Em 1973, pelo Decreto n. 1.826, de 17/12/73, o Grupo Escolar Alexandre de Castro integrou-se ao Ginásio Estadual Dom Bosco, passando o conjunto, com isso, à nova denominação de Escola Estadual de 1º Grau Dom Bosco.

¹⁴ É imperativo afirmar, contudo, que em meados da década de 70 até os anos 80 ainda era relativamente forte a presença de professores leigos na instituição. Segundo o entrevistado D, ainda existiam muitos professores leigos, inclusive na área de Educação Física, apesar de a escola procurar atrair profissionais oriundos de outros centros urbanos (para os quais era oferecido um treinamento específico) e de contar ainda com os professores procedentes da Escola Normal Imaculada Conceição.

8. Referências bibliográficas

Fontes documentais

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento Nacional de Educação. **Ofício Circular n. 9/68, de 15 de abril de 1968**: comunicado sobre o envio de subsídio governamental para a entidade Cidade Dom Bosco. Brasília: 1968.

_____. **Ofício n. 1196, de 30 de 1966**: comunicado dirigido ao diretor da Escola Alexandre de Castro, sobre o convênio assinado pelo Ministério da Educação e Cultura com o Governo do Estado de Mato Grosso. Brasília: 1966.

BAÉZ, Renato. **Carta destinada ao Pe. Leonardo Iacuzzi**. Corumbá: 24 mar. 1964.

CIDADE DOM BOSCO. **Estatutos da Cidade “Dom Bosco” de Corumbá , Mato Grosso**. Corumbá: Cartório do 4º Ofício, 2 maio 1966. Livro A 1, n. 89.

ENTREVISTA A [fevereiro de 2004]. Entrevistadora: Odinea de Oliveira Arruda. Corumbá: 2004. 1 fita cassete (90 min.).

ENTREVISTA B [abril de 2004]. Entrevistadora: Odinea de Oliveira Arruda. Corumbá: 2004. 1 fita cassete (60 min.).

ENTREVISTA C [março de 2004]. Entrevistadora: Odinea de Oliveira Arruda. Corumbá: 2004. 1 fita cassete (60 min.).

ENTREVISTA D [janeiro de 2005]. Entrevistadora: Odinea de Oliveira Arruda. Corumbá: 2005. 1 fita cassete (60 min.).

ENTREVISTA E [julho de 2005]. Entrevistadora: Odinea de Oliveira Arruda. Corumbá: 2005. 1 fita cassete (60 min.).

ENTREVISTA F [maio de 2005]. Entrevistadora: Odinea de Oliveira Arruda. Corumbá: 2005. 1 fita cassete (60 min.).

ENTREVISTA G [novembro de 2004]. Entrevistadora: Odinea de Oliveira Arruda. Corumbá: 2004. 1 fita cassete (60 min.).

ESCOLA PROFISSIONAL ALEXANDRE DE CASTRO. **Ofício dirigido à Companhia Cimento Portland de Corumbá**. Corumbá: 1961.

_____. **Regimento Interno da Escola**. Corumbá: [196?].

_____. **Boletim Escolar do Curso de Admissão**: n. 392. Corumbá: [196?].

_____. **Boletim Escolar do Curso Primário**. Corumbá: [196?].

HISTÓRIA e organização atual da Cidade Dom Bosco. [Corumbá]: 1976. n.p. (Manuscrito).

MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Saúde. Departamento de Educação e Cultura. **Protocolo n. 5815, de 26 de dezembro de 1966**: pedido de exoneração da professora Adília da Aparecida Pires Rodrigues. Cuiabá: 1966.

UM Padre empreendedor corajoso. **Revista Salesiana**, São Paulo, v. 65, n. 3-4, p. 7-8, mar./abr. 1966.

UNIÃO DOS EX-ALUNOS DE DOM BOSCO. **Ofício solicitando auxílio para a Escola Vocacional “Alexandre de Castro”**. Corumbá: 1961.

_____. **Registro dos Estatutos da União do Ex-alunos de Dom Bosco**. Corumbá: 1951.

_____. **Relatório das atividades didáticas e assistenciais da escola**. Corumbá: 1963.

Jornais

CÍRCULO Operário Dom Bosco. **União**, Corumbá, v. 6, n. 43, p. 1, jan./jun. 1957.

PREFEITO conseguiu a verba para o asfaltamento parcial da cidade. **Tribuna**, Corumbá, p. 1, 23 ago. 1962.

A CEMAT vai expandir sua rede. **Tribuna**, Corumbá, p. 1, 30 ago. 1962.

Livros, teses e periódicos

ALVES, Laci Maria Araújo. **O processo de expansão escolar em Mato Grosso (1910-1946: uma abordagem histórica)**. Cuiabá: 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, 1994.

BAÉZ, Renato. **Corumbá: episódios e comentários**. São Paulo: Resenha Tributária, 1979.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. **Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930 -1954)**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas.

COSTA, Paulino Lopes da (Org.). **O profeta do Pantanal**. Corumbá: Escolas Profissionais Salesianas, 1988.

PROENÇA, Augusto César. **Corumbá de todas as graças**. Campo Grande: Ruy Barbosa, 2001.

_____. **Pantanal: gente, tradição, história**. Campo Grande: 1992.

FREITAS, José Ferreira de. **Estrela que tardava ainda**. Cuiabá: 2001.

ITO, Claudemira Azevedo. **Corumbá: o espaço da cidade através do tempo**. Campo Grande: UFMS, 2000.

MONFROI, José. **A Missão Salesiana e a educação em Corumbá: 1899-1996**. Campo Grande: 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Uma fronteira para o pôr-do-sol**. Campo Grande: UFMS, 1998.

OLÁ, VIZINHO. Publicação mensal da Cooperativa de Crédito Agro-pecuário do Pantanal de Mato Grosso, Corumbá, v. 1 n.3, nov. 1966.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá** . Corumbá: [198-?].